

SUMÁRIO

SIGLAS	27
---------------------	-----------

INTRODUÇÃO	29
-------------------------	-----------

Parte I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS, DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I – Teoria geral dos recursos	33
---	-----------

1. Introdução e conceito	33
2. Modalidades recursais e competência legislativa	34
3. Características	35
4. Classificação dos recursos	36
4.1. Totais ou parciais	36
4.2. Principal e adesivo	38
4.3. Fundamentação livre ou vinculada	39
4.4. Ordinários e extraordinários	40
5. Princípios recursais	41
5.1. Introdução	41
5.2. Duplo grau de jurisdição	43
5.3. Taxatividade	45
5.4. Unirrecorribilidade	46
5.5. Fungibilidade	47
5.6. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	50
5.7. Colegialidade	52

5.8. Dialecicidade	53
5.9. Consumação	54
5.10. Complementaridade	55
5.11. Imparcialidade no Âmbito Vertical	55
6. Efeitos dos recursos	58
6.1. Introdução	58
6.2. Devolutivo	58
6.3. Suspensivo	61
6.4. Translativo	63
6.5. Obstativo	66
6.6. Regressivo	67
7. Recurso adesivo	67
8. Pedidos possíveis nos recursos	74
9. Requisitos recursais (juízo de admissibilidade dos recursos)	76
9.1. Aspectos gerais	76
9.1.1. Requisitos de admissibilidade e sua classificação	76
9.1.2. Momento do juízo de admissibilidade	78
9.1.3. Natureza da decisão sobre a admissibilidade	80
9.1.4. Matéria de ordem pública	82
9.2. Requisitos em espécie	82
9.2.1. Cabimento	82
9.2.2. Legitimidade recursal	83
9.2.3. Interesse recursal	88
9.2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	90
9.2.4.1. Fato impeditivo	91
9.2.4.2. Fatos extintivos	94
9.2.4.2.1. Renúncia	94
9.2.4.2.2. Aquiescência	95
9.2.5. Tempestividade	96

9.2.5.1. Feriado local	101
9.2.6. Preparo	106
9.2.7. Regularidade formal	115
10. Verba honorária na fase recursal	116
11. Remessa necessária	124
11.1. Noção geral	124
11.2. Natureza jurídica	125
11.3. Hipóteses de remessa necessária	125
11.3.1. Situações do art. 496, I, do CPC	126
11.3.2. Situações do art. 496, II, do CPC	126
11.4. Situações fora do CPC	127
11.5. Dispensa da remessa necessária	127
11.5.1. Dispensa da remessa necessária no mandado de se- gurança	128
11.6. A remessa necessária no tribunal	129
12. Enunciados do FPPC	130
13. Quadro resumo	133
Capítulo II – Da ordem dos processos nos Tribunais	139
1. Introdução	139
2. Direito jurisprudencial (arts. 926 A 928)	140
3. Do registro à distribuição (arts. 929 a 931)	146
4. Poderes do relator (arts. 932 e 933)	149
4.1. Proibição da Decisão-Surpresa nos Tribunais	154
5. Designação de data de julgamento (arts. 934 a 936)	157
6. Sessão de julgamento e sustentação oral	159
7. Julgamento, pedido de vista e acórdão	162
8. Nulidades sanáveis no âmbito recursal	166
9. Incidente de colegialidade qualificada (art. 942)	167
10. Julgamento eletrônico	171
11. Julgamento parcial de mérito no âmbito dos tribunais	172

12. Enunciados do FPPC	174
13. Quadro resumo	178

Capítulo III – Processos de competência originária dos Tribunais 183

1. Introdução	183
2. Incidente de assunção de competência	184
2.1. Enunciados do FPPC	187
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	188
4. Conflito de competência	192
5. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	196
5.1. Enunciados do FPPC	198
6. Ação rescisória	199
6.1. Noções gerais e conceito	199
6.2. Objeto	200
6.3. Extensão	202
6.4. Hipóteses de cabimento (fundamentos)	202
6.5. Prazo	209
6.6. Competência	211
6.7. Legitimidade	212
6.8. Petição inicial: requisitos, depósito prévio e admissibilidade	214
6.9. Juízo rescisório e rescindendo	216
6.10. Procedimento	218
6.11. Tutela provisória	221
6.12. Enunciados do FPPC	222
7. Incidente de resolução de demandas repetitivas	223
7.1. Aspectos gerais e conceito	223
7.2. Requisitos	225
7.3. Legitimidade	227
7.4. Competência	228
7.5. Pedido de instauração	229
7.6. Dinâmica procedimental	229

7.7. Suspensão dos processos pendentes	232
7.8. Recorribilidade	233
7.9. Formação de precedente obrigatório, sua abrangência, formação de coisa julgada e força executiva	234
7.10. Efeitos processuais práticos da tese fixada	235
7.11. Revisão de tese	236
7.12. Enunciados do FPPC	236
8. Reclamação	239
8.1. Introdução	239
8.2. Natureza jurídica	239
8.3. Cabimento	240
8.4. Competência	243
8.5. Legitimidade	244
8.6. Processamento	245
8.7. Enunciados do FPPC	248
9. Quadro resumo	249

Parte II – RECURSOS CÍVEIS EM ESPÉCIE

Capítulo I – Apelação	255
1. Introdução	255
2. Requisitos de admissibilidade	256
2.1. Cabimento	256
2.1.1. Sentença (art. 1.009, <i>caput</i> , do CPC)	258
2.1.2. Decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC que integrem capítulo da sentença (art. 1.009, § 3º, do CPC)	260
2.1.3. Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.013, § 5º, do CPC)	261
2.1.4. Decisões interlocutórias que não se sujeitam ao regime de preclusão (art. 1.009, § 1º, do CPC)	262

2.2.	Legitimidade recursal	266
2.3.	Interesse recursal	266
2.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	266
2.5.	Tempestividade	267
2.6.	Preparo	267
2.7.	Regularidade formal	267
3.	Efeitos	268
3.1.	Devolutivo	269
3.1.1.	Profundidade e extensão	269
3.1.2.	Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (causa madura)	271
3.2.	Suspensivo	274
4.	Interposição e processamento	282
4.1.	No juízo <i>a quo</i>	282
4.2.	No juízo <i>ad quem</i>	285
5.	Questões de fato não invocadas no juízo inferior	286
6.	Apelação em caso de indeferimento da petição inicial	286
7.	Apelação em caso de improcedência liminar do pedido	288
8.	Apelação em caso de sentença terminativa	290
9.	Enunciados do FPPC	291
10.	Modelos de petição	292
10.1.	Apelação pedindo a reforma da sentença	292
10.2.	Apelação pedindo a anulação da sentença	296
10.3.	Apelação contra sentença terminativa	299
10.4.	Pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação	302
10.5.	Resposta ao recurso de apelação	304
11.	Quadro resumo	307
Capítulo II – Agravo de instrumento		311
1.	Introdução	311

1.1. Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	311
1.2. Perspectiva histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	313
2. Requisitos de admissibilidade	316
2.1. Cabimento	316
2.1.1. Considerações iniciais	316
2.1.2. O rol do art. 1.015 do CPC	318
2.1.2.1. Tutelas provisórias	318
2.1.2.2. Mérito do processo	322
2.1.2.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	324
2.1.2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	325
2.1.2.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	327
2.1.2.6. Exibição ou posse de documento ou coisa ..	328
2.1.2.7. Exclusão de litisconsorte	328
2.1.2.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	329
2.1.2.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	330
2.1.2.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	330
2.1.2.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	332
2.1.2.12. Outros casos expressamente referidos em lei	335
2.1.2.12.1. A situação específica do sobrestamento de causas em decorrência do julgamento dos recursos especial e extraordinário repetitivos	337

2.1.2.13. Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, na fase de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	339
2.1.2.13.1. Na liquidação de sentença	340
2.1.2.13.2. No cumprimento de sentença	342
2.1.2.13.3. No processo de execução	343
2.1.2.13.4. No processo de inventário	344
2.1.3. Taxatividade (ou não) do art. 1.015 do CPC	345
2.2. Legitimidade recursal	351
2.3. Interesse recursal	351
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	351
2.5. Tempestividade	351
2.6. Preparo	351
2.7. Regularidade formal	352
3. Efeitos	355
4. Interposição e processamento	357
4.1. Formas de interposição	360
5. Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	361
6. Enunciados do FPPC	364
7. Modelos de petição	365
7.1. Agravo de instrumento simples pedindo reforma da decisão	365
7.2. Agravo de instrumento com pedido de efeito ativo	368
7.3. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ...	370
7.4. Agravo de instrumento interposto fora das hipóteses contempladas expressamente pelo art. 1.015 do CPC	373
7.5. Resposta ao recurso de agravo de instrumento	376
8. Quadro resumo	379

Capítulo III – Agravo interno	383
1. Introdução	383
2. Cabimento	384
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	385
4. Multa	388
5. Modelo de Petição	389
6. Enunciados do FPPC	392
7. Quadro resumo	393
Capítulo IV – Embargos de declaração	395
1. Introdução	395
2. Natureza jurídica	397
3. Requisitos de admissibilidade	399
3.1. Cabimento	399
3.1.1. Esclarecer obscuridade	400
3.1.2. Eliminar contradição	401
3.1.3. Suprir omissão	403
3.1.4. Corrigir erro material	407
3.2. Legitimidade recursal	408
3.3. Interesse recursal	409
3.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	410
3.5. Tempestividade	410
3.6. Preparo	411
3.7. Regularidade formal	412
4. Oposição e processamento	413
5. Efeitos	414
5.1. Especificamente o efeito suspensivo	415
5.2. Especificamente o efeito interruptivo	417
5.3. Especificamente o efeito infringente	420
6. Competência e julgamento (art. 1.024)	423

6.1. Especificamente as consequências no recurso anteriormente interposto pela parte contrária (art. 1.024, §§ 4º e 5º)	426
6.2. Fungibilidade	428
6.3. Embargos protelatórios (art. 1.026, §§ 2º ao 4º)	429
7. Pré-questionamento pelos embargos de declaração (art. 1.025) ...	431
8. Enunciados do FPPC	431
9. Modelos de petição	432
9.1. Embargos de declaração fundados em omissão	432
9.2. Resposta a recurso de embargos de declaração	434
10. Quadro resumo	435

Capítulo V – Recurso Ordinário 439

1. Introdução	439
2. Cabimento	440
3. Requisitos de admissibilidade	443
4. Efeitos	444
5. Interposição e processamento	445
6. Modelo de Petição	446
7. Enunciados do FPPC	448
8. Quadro resumo	448

Capítulo VI – Recurso especial e recurso extraordinário 451

1. Introdução	451
2. Cabimento	453
2.1. Recurso extraordinário	453
2.2. Recurso especial	454
3. Requisitos de admissibilidade	457
3.1. Requisito gerais/processuais	457
3.2. Requisitos específicos/constitucionais	462
3.2.1. Esgotamento das instâncias recursais ordinárias (“causa decidida”)	462
3.2.2. Proibição do reexame de matéria fática	464

3.2.3.	Prequestionamento	466
3.2.4.	Repercussão geral	467
3.2.5.	Ofensa reflexa	470
3.2.6.	Dissídio jurisprudencial	473
3.2.7.	Relevância da questão federal	475
4.	Interposição e processamento	478
4.1.	Interposição conjunta de recurso especial e recurso extraordinário	479
5.	Regras procedimentais comuns ao recurso especial e ao recurso extraordinário	485
5.1.	Juízo de admissibilidade	485
5.2.	Procedimento de admissibilidade e gestão do recurso especial e do recurso extraordinário	486
5.3.	Julgamento do recurso especial e do recurso extraordinário repetitivos	492
5.3.1.	Seleção dos recursos representativos da controvérsia repetitiva	492
5.3.2.	Processamento dos recursos repetitivos	495
5.3.3.	Efeitos do julgamento nos Tribunais Superiores	500
5.3.4.	Efeitos do julgamento nos tribunais locais e no primeiro grau de jurisdição	500
5.3.5.	Celebração de acordo e negócio jurídico processual no âmbito dos recursos repetitivos	504
5.4.	Suspensão dos processos em todo o território nacional	505
5.5.	Efeitos devolutivo e suspensivo	506
6.	Modelos de Petição	508
6.1.	Modelo de recurso especial	508
6.2.	Modelo de recurso extraordinário	512
7.	Enunciados do FPPC	517
8.	Quadro resumo	521

Capítulo VII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário	525
1. Introdução	525
2. Agravo da decisão de não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	528
2.1. Requisitos de admissibilidade	528
2.2. Interposição e processamento	530
3. Agravo interno contra não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	532
3.1. Cabimento	533
3.2. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	536
3.3. Agravo interno contra indeferimento do pedido de intempestividade de recurso extraordinário ou recurso especial ...	539
4. Modelos de Petição	540
4.1. Agravo de admissão de recurso especial	540
4.2. Agravo de admissão de recurso extraordinário	544
5. Enunciados do FPPC	551
6. Quadro resumo	551
Capítulo VIII – Embargos de Divergência	555
1. Introdução	555
2. Cabimento	558
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	562
4. Modelo de Petição	565
5. Enunciados do FPPC	568
6. Quadro resumo	568
Recomendação CNJ nº 134, de 9 de setembro de 2002	570
Bibliografia	579